

GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: SEQUÊNCIA DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE

GENDER AND SEXUALITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: TEACHING SEQUENCE IN TEACHER EDUCATION

Bruno Pereira de Castro¹

RESUMO

Desde o nascimento até o fim da existência terrestre, diversos contextos transpassam a nossa existência e ajudam a definir e redefinir a ideia da pessoa que acreditamos ser, pois assim como o nome próprio, muitos outros “presentes” nos foram dados, antes mesmo que pudéssemos escolher recebê-los ou não. Deste modo, ao pensar em educação e reeducação, dentro dos moldes históricos, culturais e sociais que constituímos até aqui, automaticamente somos conduzidos ou induzidos a pensar em uma ciência que existe há milhares e milhares de anos, mas que até hoje sofre, a duras penas, os dessabores naturais das amarras que historicamente lhe foram atribuídas e que ainda lhe impedem de existir plena e absolutamente. Por esse e por muitos outros motivos, pesquisar sobre a raiz do preconceito que assombra a vida de homens e mulheres, crianças e idosos, que por sua própria escolha ou pela falta dela, se viram diante dos espinhos do preconceito de gênero e sexualidade. Assim sendo, com a leitura e o estudo aprofundado de textos e autores mundialmente reconhecidos, nos foi possível levantar alguns dos principais problemas que fundamentam toda essa incapacidade de tolerar a diversidade do outro, percebendo-a como uma chaga, raiz do medo da impossibilidade de coexistência com aquilo que é conhecido e reconhecido como “normal”, “natural” ou “aceitável” para o patriarcado. Diante das descobertas e, considerando ainda o cenário da educação, e agora correlacionando todo esse movimento intelectual com o ambiente escolar, cabe pensar de forma comprometida e responsável sobre a formação docente, ou seja, a responsabilidade do educador enquanto agente de desenvolvimento e transformação social, de modo que sua formação e a sua capacidade técnico-profissional e pessoal, sejam capazes de identificar e desconstruir todo e qualquer princípio de preconceito, seja ele relacionado a gênero, sexualidade e/ou qualquer outra matriz que dê ao outro plenas condições de condenar e boicotar a existência do seu semelhante pelo simples fato dele ou dela não corresponder ao que está socialmente posto.

¹ Graduado em Pedagogia pela UNG.
Orientado pela Prof. Dra. Silvia Piedade de Moraes.

Palavras-chave: 1. Pedagogia, 2. Gênero, 3. Sexualidade, 4. Preconceito, 5. Patriarcado.

ABSTRACT

From birth to the end of earthly existence, various contexts permeate our existence and help to define and redefine the idea of the person we believe to be, for just as the name itself many other "gifts" were given to us even before we could choose whether to receive them or not. Thus, in thinking about education and re-education, within the historical, cultural and social molds that we have constituted so far, we are automatically led or induced to think of a science that has existed for thousands and thousands of years, but which still suffers harshly fears, the natural desabores of the moorings that have historically been attributed to him and which still prevent him from fully and absolutely existing. For this and many other reasons, research on the root of prejudice that haunts the lives of men and women, children and the elderly, who by their own choice or the lack of it, have faced the thorns of prejudice and gender sexuality. Thus, with the reading and in-depth study of texts and authors worldwide recognized, we were able to raise some of the main problems that underlie all this inability to tolerate the diversity of the other, perceiving it as a cancer, root of fear of the impossibility of coexistence with what is known and recognized as "normality" or "acceptable" for patriarchy .In the face of the discoveries and considering the educational scenario and now correlating all this intellectual movement with the school environment, it is appropriate to think in a committed and responsible way about teacher education, that is, the responsibility of the educator as an agent of development and social transformation, so that their training and technical-professional and personal capacity, are able to identify and deconstruct everything and any principle of prejudice, be it related to gender, sexuality and / or any other matrix that gives to the other full conditions of condemning and boycotting the existence of his fellow man for the simple fact that he or she does not correspond to what is socially placed.

Keywords: 1. Pedagogy, 2. Gender, 3. Sexuality, 4. Prejudice, 5. Patriarchy.

INTRODUÇÃO

Em tempos de intolerância e preconceitos gratuitos, estudar e discutir a dinâmica estabelecida dentro do processo de formação docente, relacionando os resultados obtidos nele, com as necessidades e realidades encontradas no contexto educacional, tem se apresentado como uma alternativa improvável, considerando as atuais

dificuldades educacionais e políticas. Contudo esse mesmo tema, ainda assim se mostra como uma legítima possibilidade de identificar quais são os principais pontos que comprometem o debate sobre gênero e sexualidade na Educação Básica brasileira.

Sabe-se que essa questão, está legalmente respaldada para o trabalho com os alunos em sala de aula e que também faz parte do currículo oculto e que, portanto, tem garantido seu espaço no dia-a-dia escolar. Além de integrar os temas geradores defendidos por Paulo Freire (1970) em “Pedagogia do Oprimido”, por isso, é necessário diferenciar, dentro do debate sobre essa temática, quais são os entendimentos superficiais, que não possuem nenhum tipo de relação ou conexão com a verdade, de compreensões legais e cientificamente fundamentadas, de modo que seja, aos educandos e educadores, possível iniciar naturalmente um movimento de análise pessoal, repensando e recriando ideias e posicionamentos e, quem sabe, aproximando ainda mais a nossa sociedade de um futuro com menos convencionalismos.

Contudo, para que tudo isso seja realmente possível, necessário será identificar os verdadeiros limites que circundam o entendimento sobre o tema e ampliá-los, pois na medida em que vamos alargando esse perímetro, garantimos aos indivíduos envolvidos no processo, todas

as condições necessárias para honestamente perceber a extensão das suas limitações, a profundidade dos seus medos e o peso das suas incertezas e, gradativamente, ir eliminando cada uma dessas barreiras que o separam do conhecimento real.

Também percebemos que, neste aspecto, só há uma forma de legitimar a acomodação do conhecimento, ou seja, nenhuma prova, avaliação ou teste será capaz de extrair do aluno informações que indiquem seu real e atual nível de aprendizagem, já que esse saber diz respeito a postura moral e ética de quem aprende, assim sendo, a única forma de fazê-lo é por meio da prática espontânea, por isso, não é inteligente pensar que empurrando o conhecimento “goela abaixo” daremos conta do recado, pois se o aprendiz não for capaz de compreender e reproduzir determinado conhecimento em diferentes tempos e contextos, de nada terá adiantado tanto esforço.

Deste modo, para que esse movimento de reforma íntima proposto anteriormente dê certo, também será necessário saber se Gênero e Sexualidade são temas considerados importantes. Se há ou não essa necessidade de discussão. Todavia, se ao grupo ou indivíduo esse não for um tema visto como necessário ou se o mesmo for considerado como inadequado, cabe ao educador à responsabilidade de criar situações e condições para que

essas concepções sejam superadas, de modo que o coletivo ou indivíduo perceba a complexidade e a necessidade deste debate dentro e fora do contexto escolar. Por isso, esse estudo se faz pertinente, pois ele analisa, apresenta e propõe em seu corpo sugestões de um trabalho pedagógico responsável, de modo que gênero e sexualidade sejam temas possíveis e que a atuação do docente possa acompanhar os processos de evolução humana e os movimentos de conflagração social, política e econômica, uma vez que compreende a educação como uma ciência e uma arte inacabada, que só existe a partir da preservação da diversidade e da individualidade de seu público.

Vale lembrar que, por abordar o objeto de estudo Gênero e Sexualidade sob diversos pontos de vista, esse estudo, ao mesmo tempo, que traz nova luz sobre o tema, também fomentará os movimentos pautados e comprometidos com essa causa. Todo esse material servirá à educação, ao educador, ao educando e a sociedade de modo geral, pois alimentará o patrimônio histórico e teórico, servindo como alicerce à novas prática pedagogia e, por fim, como norte aos que dele desejarem fazer o uso como base para novas publicações sobre o tema.

Assim sendo, no que se refere ao conteúdo apresentado anteriormente, cabe refletir sobre o que de fato é a pedagogia, enquanto campo do conhecimento e acolhedora desse e de muitos outros estudos que visam analisar, entender e apresentar para a sociedade, novas e atualizadas concepções sobre a vida, desafios e os processos que compõem a realidade da nossa sociedade atual.

Assim sendo, para fortalecer a estrutura desse estudo, vamos responder a seguinte pergunta: O que é Pedagogia? Sabe-se que há tempos essa questão vem rodeando a nossa sociedade, e que para além da própria Pedagogia, esse tema também se faz fundamental para muitas outras áreas do conhecimento. Ela acolhe e trabalha com o conhecimento de modo que a pergunta seja mais importante que a própria resposta. Para a Pedagogia, perguntar é mais importante que responder, pois demonstrar de forma genuína o ponto exato do conhecimento real e potencial. Para Libâneo (2013, p. 23) Pedagogia é:

A Pedagogia é um campo de conhecimento que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social.

No entanto, aprofundando um pouco mais o que diz Libâneo (2013), é possível que essa definição apenas não seja suficientemente capaz de traduzir seu real significado, ou seja, partindo do pressuposto de que esse campo do conhecimento representa algo possivelmente orgânico, vivo, e que interage e acompanha a sociedade em todos os seus movimentos sociais, culturais e históricos, podemos também entender que essa é uma ciência que não comporta apenas uma única definição, mas várias, de modo que defini-la torna-se uma tarefa no mínimo difícil, assim sendo, tudo o que resta neste contexto, pode ser visto apenas como compreensões momentâneas acerca da situação atual dessa ciência nessa sociedade.

Diante do exposto, é certo dizer que a Pedagogia é um campo do conhecimento formal, que aceita e agrega saberes e valores do universo informal, a fim de torna-se cada vez mais atual, acessível e compreensível. Contudo, também cabe dizer que ela é uma ciência interativa, evolutiva, sensível, intuitiva que percebe, compreende e respeita as individualidades e as subjetividades dos indivíduos atingidos por ela.

Desta forma, após apresentar uma possível definição para a pedagogia atual, outras indagações, tanto quanto importantes, vão se levantando, fortalecendo de certo modo o pensamento anterior, que considera a pergunta

mais válida que a resposta em si. Deste modo, mantendo essa linha de pensamento, vale refletir sobre: O que é aprendizagem?

Na medida em que percebemos a alarmante e preocupante situação que atualmente envolve nosso sistema educacional, entender o que é, e como acontece a aprendizagem constitui parte essencialmente fundamental para uma atuação mais assertiva no ambiente educacional. Vale lembrar que o entendimento que vigora hoje sobre a educação e a aprendizagem, difere quase que absolutamente daquele que se tinha no início da nossa sociedade. Naquele tempo a educação tanto quanto a aprendizagem não era direito de todos e aos poucos privilegiados que o acesso e a permanência eram garantidos, era administrada uma educação pouco significativa, pautada apenas no processo simplificado de aquisição, acomodação e reprodução de conhecimentos tidos como formais e definitivos, gerando uma aprendizagem cristalizada e sem nenhum tipo de conexão com a vida prática de quem aprende.

Entretanto, com a chegada de novos teóricos, novas teorias foram surgindo, criando assim uma nova pedagogia. Paulo Freire (1970) em “Pedagogia do Oprimido”, defendeu essa nova pedagogia, chamada por ele de “emancipadora”, pois ela libertava a sociedade, garantindo o acesso de

todos ao conhecimento outrora restrito às elites. Além de Freire, outros falaram sobre.

Inicialmente convém salientar que aprendizagem não é apenas um processo de aquisição de conhecimentos, conteúdos ou informações. As informações são importantes, mas precisam passar por um processamento muito complexo, a fim de se tornarem significativos para vida das pessoas (PILETI, 2004, p.31).

Hoje, com base no que já se sabe, pode-se dizer que a aprendizagem é um fenômeno inicialmente social e cultural, mas que também é psicológico, fisiológico e neurológico, constituindo assim um dos processos mais complexos e, por isso, estudado da atualidade. Isso faz com que a pedagogia e a aprendizagem ultrapassem os limites da sala de aula e se envolvam com outras áreas do conhecimento científico, retomando mais uma vez o que foi colado anteriormente, que a pedagogia os processos que a continuem não se limitam, mas se relacionam a muitas outras esferas do conhecimento formal e informal.

No entanto, antes disso tudo, vale dizer que em resumo aprendizagem é tornar significativo algo que antes era desconhecido, ou seja, aprender de fato significa estar diante de muitas opções, mas ainda assim reconhecer e escolher aquela que representa uma conquista, uma vitória pessoal. Isso significa dizer que o que já foi aprendido, não pode mais ser esquecido. Logo, não se erra no mesmo

ponto/sentido em que o conhecimento já foi acomodado. Pessoas erram quando desconhecem ou ignoram os conhecimentos que envolvem determinada situação, do contrário errar torna-se uma atividade incabível, totalmente impraticável.

Afinal, aprendizagem é arte e/ou ciência de recriar ideias e conceitos e impregná-los de novos sentidos, significados e até mesmo sentimentos, para que o conhecimento seja de fato objeto de desejo de quem aprende e fonte de deleite para quem ensina.

Contudo, mesmo sabendo o que é Pedagogia, bem como os processos que envolvem a aprendizagem, também precisamos pensar sobre a real importância do conhecimento escolar, para que finalmente tenhamos condições de conceber uma opinião verdadeiramente válida sobre qualquer tema relacionado à pedagogia, aprendizagem e outros temas que estejam conectados a cidadania, a educação, a escola e ao ensino.

Afirma a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º que a Educação é um direito social; já em seu artigo 205º ela diz que a Educação é um direito de todos, e um dever do Estado, da família e da sociedade. Deste modo, podemos constatar que o conhecimento escolar faz parte das garantias contempladas por esse direito, pois representa parte indissociável do processo de educação.

Deste ponto em diante entendemos que o conhecimento escolar é sim um dos elementos necessários no processo de desenvolvimento intelectual, moral e ético do aluno. É por meio dele que se torna possível à educação trabalhar questões relacionadas cidadania como: direitos e deveres, convivência social, entre outros temas essencialmente relacionados a vida em sociedade. É também a partir desse tipo de conhecimento que nos constituímos como membros ativos e engajados socialmente. Vale ressaltar que é na apropriação desse conhecimento escolar que temos garantido o acesso a todas, ou boa parte das ferramentas necessárias para o sucesso da vida em sociedade. Segundo os autores Antonio Flávio Moreira e Paulo Melgaço da Silva Junior (2017, p. 490):

O conhecimento escolar ocupa um papel central nas teorias de currículos. É por meio dele que se pode transmitir interrogar e repensar o legado construído para as futuras gerações. Pretende-se favorecer as novas gerações o acesso crítico ao conhecimento acumulado pelas gerações anteriores, bem como habilitá-las a construir novos conhecimentos.

No entanto, ainda assim há quem diga que a escola perdeu sua essência e que se tornou uma grande “fábrica de traumas”; outros ainda arriscam dizer que essa sempre foi à verdade por detrás dos muros escolares e que

somente agora a sociedade compreende isso. Obviamente que as duas colocações são válidas, pois representam avanços consideráveis no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade crítica e da liberdade de expressão, porém, ainda assim representam concepções rasas, que não possuem respaldo teórico-científico, pois de forma arbitrária subestimam o conhecimento escolar, desvalorizando-o dentro do contexto social e educacional.

Por fim, sabe-se que é no ambiente escolar onde se constrói e reconstrói inúmeras vezes o nosso perfil ético e moral. Obviamente porque a escola e todo o seu mosaico social representam para o educando um ambiente novo, pronto para ser testado e experimentado, longe do julgamento e da censura familiar e perto dos amigos. É nesse espaço em que muitos esperam validar os conhecimentos adquiridos na esfera familiar e conquistar novos saberes acerca da vida e da convivência em sociedade.

Ainda dentro desse contexto, há de se ressaltar as dificuldades que acometem o sucesso escolar. De acordo com o INEP, 2010, 3,7 milhões de alunos deixaram de frequentar a escola; parte desse grupo, cerca de 750 mil corresponde a alunos com idades entre sete e onze anos, que deveriam estar matriculados e frequentes no Ensino Fundamental (CONVIVA, 2018).

A educação no Brasil tem apresentado grande distorção no que diz respeito a idade x série, ou seja, para cada 100 alunos matriculados, apenas 53% conseguem concluir o curso na idade própria, o restante acaba desistindo, seja por conta da evasão ou a reprovação. Após essa desistência, retomar torna-se difícil, pois causam um fenômeno conhecido na Educação, chamado de “descompasso”; esse por sua vez fere a autoestima do educando que que mais uma vez desiste do curso por vergonha e medo (CONVIVA, 2018).

Por fim, há possíveis soluções para acabar com essas mazelas que tanto comprometem o sucesso da educação brasileira. A primeira delas é a universalização do acesso e da permanência, garantindo, neste contexto, uma educação de qualidade, de modo que a aprendizagem seja significativa e que tenha relação e utilidade na vida prática de quem aprende. A segunda diz respeito à correção da distorção entre idade x série, por meio de políticas públicas que visem atender aqueles que não tiveram ou perderam a oportunidade de concluir o curso na idade própria. Vale lembrar que investir na Educação de Jovens e Adultos, é garantir também melhorias para o ensino regular, visto que pais mais informados contribuem de forma ativa na formação de seus filhos. Por último, mas não menos importante há a formação continuada de

professores e professoras, que por sua vez fortalece o corpo docente e a comunidade escolar, uma vez que multiplica as possibilidades de atuação do professor frente às dificuldades do educando, garantindo assim um desempenho mais significativo diante das reais necessidades do aluno.

Ainda de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (BRASIL, 2010) percebe-se que há uma discrepância ainda maior entre a quantidade de homens e mulheres na educação, ou seja, em termos práticos, há mais mulheres do que homens e esses dados encontram espaço em diversos contextos.

Sabe-se que historicamente as mulheres lutam contra as desigualdades de gênero, uma vez que o homem, pelo simples fato de possuir uma genitália masculina, já nasce com privilégios sociais, enquanto à mulher ainda é atribuído o status de “sexo frágil”. Em razão dessa desigualdade, podemos inferir que as mulheres possuem mais tempo longe da rua e dentro de casa ou na escola, uma vez que, no mercado de trabalho, não encontram condições justas e igualitárias para plena competição.

Diante do exposto, inserimos nessa reflexão novas informações. No Brasil a taxa de mortalidade masculina por homicídio representa mais do que a metade do total

nacional, e isso comprova a ideia de que as disparidades entre os dados citados no censo tenham íntima relação com os altos índices de morte precoce de pessoas do sexo masculino. Afirma Carvalho (2009, p. 78)

As estatísticas comprovam que em 2003, do total de homicídios em todo o país, 92% vitimaram pessoas do sexo masculino, 60% delas eram pretas ou pardas e a faixa etária mais atingida foi a dos 15 aos 24 anos, segundo a pesquisa feita por Aduato Soares Filho, Maria de Fátima M. de Souza e outros, "A Análise da Mortalidade por Homicídios no Brasil, publicada em 2007.

Além disso, e somando a essa realidade, também observamos que a evasão dos meninos é superior à das meninas e que a justificativa reside na pressão social relacionada ao trabalho e ao dinheiro. Aos meninos é imposta a ideia do trabalho, como um portal, de passagem obrigatória, rumo à vida adulta. Nesse sentido, considerar a formalidade e a informalidade se faz necessário, na medida em que o mercado informal e ilegal apresenta mais vantagens diante da realidade formal e legal. Por fim, outra questão que também interfere nesses dados é a constituição precoce da família, ou seja, ao garoto é imposta a responsabilidade de assumir o sustento da nova família, e à mulher é atribuído à responsabilidade de ficar em casa e cuidar dos filhos, fortalecendo ainda mais as desigualdades de gênero.

Deste modo, com base nas informações iniciais e com os conhecimentos já acomodados sobre esse gênero e sexualidade, esperamos apresentar a gênese do debate sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar. Espera-se ainda que todo entendimento sobre esse tema seja ampliado significativamente, criando assim uma relação comparativa entre a escola do passado e a escola do presente e, de forma responsável, projeções para a escola do futuro. Por fim, munidos dessas novas compreensões, esse estudo apresentará um plano de trabalho, estruturado, mostrando ao gestor novas possibilidades de pensar, estruturar e conduzir os trabalhos de formação docente, alargando o entendimento, diminuindo as distâncias entre a teoria e as práticas pedagógicas, bem como, eliminando as condutas intolerantes até então fortalecidas por debates e posturas sexistas culturalmente estabelecidas. Aproximar o educador do educando é papel de todos, por isso, toda essa produção acadêmica, além de atuar no processo de formação do educador, também visa atingir o educando, por meio do melhoramento da ação pedagógica e docente.

A gênese do debate sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar

Sabe-se a homossexualidade ao longo da história já foi aceita em diversas sociedades tidas como modernas na

época, entretanto, partindo das contribuições pulverizadas pelas culturas judaica e católica, o sexo ganhou função estritamente reprodutora, anulando sua característica lúdica. Isso fez com que o envolvimento afetivo e/ou sexual de pessoas do mesmo sexo deixasse de ser aceitável para ser duramente repreendido e classificado como pecado. Nesse contexto ao período nazista, responsável por um dos maiores genocídios de que se tem conhecimento, é atribuído grande destaque. Homens e mulheres de diferentes idades, nacionalidades e classes sociais, classificados e/ou denunciados como homossexuais, foram deliberadamente perseguidos, torturados² e friamente exterminados, em prol supremacia da raça ariana.

Em 28 de junho de 1935, quase um ano após a Noite das Facas Longas, as revisões do Parágrafo 175 foram reveladas. O Ministério da Justiça forneceu base legal para ampliar a perseguição aos homossexuais. Atividades criminalmente indecentes entre homens poderiam incluir até um toque substancial. Mais tarde, as cortes decidiram que mesmo a intenção de alguém e o pensamento homossexual eram ilegais (SETTERINGTON, 2017, p. 45).

Foi em meados de 1969 nos Estados Unidos, em meio a outros movimentos isolados e espalhados pelo mundo, que a Rebelião de Stonewall se destacou na penosa missão de abrir caminhos para nascimento de uma

² Tortura nas diversas definições da palavra – psicológica, física, moral, sexual. Conforme Ken Setterington (2017, p. 40) “[...] duas vezes ao dia, ele tinha que anunciar aos outros prisioneiros que era homossexual [...].”

bandeira que reconhecesse as angústias e as demandas dos homossexuais e que dialogasse com a sociedade em favor da liberdade e da igualdade. Desde o início inúmeras siglas representaram esse movimento. Hoje temos a sigla (LGBT³) como oficial, utilizada por organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, apesar disso, com a evolução do debate, extraoficialmente já percebemos a sigla (LGBTQIAP+⁴) e outras variantes que contemplam um número ainda maior de pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo e cisgênero.

No Brasil esse movimento se fez perceber em 1970 em pleno regime ditatorial, iniciado em 1964, após o chamado golpe que destituiu do poder o então presidente João Goulart (PTB). Período tenebroso da história brasileira, também responsável por perseguir, torturar⁵ e exterminar/desaparecer com pessoas que não estivessem de acordo com as concepções ideológicas do governo. Nesse período o movimento era introvertido, inseguro, já que a truculência da ação militar para eles era uma certeza. Por isso, as reuniões aconteciam clandestinamente em

³ A Organização das Nações Unidas, dentre outras Organizações Internacionais adotam a sigla "LGBT" (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais);

⁴ Dentro do movimento, em caráter informal, a sigla "LGBTQIAP+" é reconhecida como a versão mais completa, uma vez que representa: Lésbicas; gays; bissexuais; travestis, transgênero e transexuais; pansexuais; queer; intersex; assexuais e o sinal (+) que representa todas o demais que não se sentem representados.

⁵ Nesta época as técnicas de tortura incluíam o uso de animais, eletrochoque, ferramentas, espancamento estupro, entre outros, e para algumas práticas especificamente era atribuído nomes sugestivos como "Pau-de-Arara", "Nescau" e "Empalados".

espaços públicos e neutros, na tentativa de inibir ou suavizar a dureza das ações dos militares responsáveis por manter a ordem e combater os posicionamentos opositores.

Na busca de compreender algo da experiência da homossexualidade no Brasil, é absolutamente essencial perceber que a própria noção de homossexualidade, enquanto categoria sexual distinta, desenvolveu-se recentemente. Todo um conjunto de ideias relacionadas à homossexualidade (e, por conseguinte, à heterossexualidade também) tem recentemente criado raízes na cultura brasileira. Essas ideias têm sido, em grande parte, importadas do exterior [...] (PARKER, 1993 p. 331-332).

Todavia, antes disso, em 1789, durante a Revolução Francesa, nasceu o Movimento Feminista, forjado na resistência e motivado a lutar por liberdade e igualdade de direitos e deveres, desconstruindo o entendimento predominante e simplista que reduzia os deveres femininos à submissão do lar. Deste modo, pode-se inferir que o movimento LGBTQIAP+ surge na verdade junto com as perspectivas feministas e não em 1969. Pensar desta forma deixa o movimento ainda mais complexo e amplo, pois entende-se que ele se constitui na síntese das relações estabelecidas entre o feminismo e a política, educação, saúde e segurança, racismo, capitalismo, entre outros.

Para além dos prejuízos sociais e jurídicos, desde o nascimento a mulher já estava defronte a outras questões mais emergenciais, ou seja, com a naturalização dos crimes de honra, da correção através dos castigos de ordem corpórea e/ou psicológica, bem como a objetificação social e sexual, ambos respaldados também pela religião, garantir a manutenção da própria vida, da saúde e da segurança se tornou uma atividade quase que impraticável.

A mulher viu-se refém dentro da relação conjugal. Para Saffioti (2004, p. 27) “[...] os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina [...]”, uma vez que esse entendimento chulo justificou a instabilidade do homem e as agressões físicas, morais e sexuais praticadas por ele na mulher. Esse raciocínio pode ser complementado por Acosta (2018, p. 214) “[...] Ressalto que não devemos cair na falácia discursiva de culparmos as vítimas de violência em virtude de seus silenciamentos. [...]”, pois ainda há compreensões rasas que corrompem a imagem da vítima, tornando-a culpada absoluta ou igualmente culpada, já que suas ações motivam, com base nas concepções misóginas⁶, a ação criminosa.

⁶ Misoginia é a repulsa, desprezo ou ódio contra as mulheres. Esta forma de aversão mórbida e patológica ao sexo feminino está diretamente relacionada com a violência que é praticada contra a mulher.

Sabe-se que o Direito Romano serve como berço para o Direito Brasileiro e que desde o princípio a mulher tem sido desprovida de poder jurídico. A sociedade de modo geral partia da prerrogativa religiosa de que a mulher só teria condições de atuar socialmente na falta ou impossibilidade da figura masculina de maior representatividade parental, ou seja, pai, marido, sogro, avó, irmãos ou mesmo o filho mais velho da viúva.

No Brasil, havia textos que legalmente fortaleciam esse entendimento, como a Constituição de 1824 que criou escolas específicas para as mulheres; essas instituições eram limitadas pedagogicamente e administravam apenas os conhecimentos domésticos, artísticos e básicos no que tange a alfabetização, uma vez que o conhecimento formal e avançado já era garantido ao homem. Em 1916, o Código Civil, em seus artigos 186, 380 e 385, em suma, sustentava a definição de que o homem era chefe da sociedade conjugal e detentor do exercício do pátrio poder, ou seja, legislava sobre questões básicas, de foro íntimo do casal, por exemplo: havendo discordância entre os cônjuges, prevaleceria a vontade paterna.

Tanto o feminismo, quanto o movimento LGBTQIAP+ posteriormente, confrontaram diretamente concepções já cristalizadas, e o entendimento que envolvia gênero e sexualidade foi trincado, desconectando um do outro, e

ambos do sexo biológico, ou seja, findou-se a ideia de que a genitália masculina e a feminina existiam única e exclusivamente no sentido de determinar quais eram as funções sexuais e os papéis sociais que um ou outro iriam desempenhar na sociedade.

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se construir então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 2003, p. 21).

Ainda segundo Louro (2003, p. 22) “[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constituiu com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia [...]”, mas o que defende a, validando o nosso entendimento, é a certeza de que não há a intenção de sobrepor o sexo biológico, sim a de enfatizar, nesse cenário, sua irrelevância diante da complexidade de um processo que, apesar de sofrer influências biológicas, é predominantemente social.

Deste modo, fica estabelecido mais uma vez que a luta feminista e o movimento LGBTQIAP+, por sua vez, nunca objetivou enfraquecer e/ou subjugar sexualmente e/ou socialmente o homem, mas sim, confrontar as

definições essencialistas que em um raciocínio binário⁷, não contemplava multiplicidade de ser homem ou de ser mulher, compreendidas atualmente. Trata-se da busca por equiparação de direitos independentemente da condição sexual e/ou identidade de gênero.

Enfim, com base nas informações apresentadas até aqui, fica explícito o entendimento de que as trajetórias da mulher e do LGBTQIAP+ não foram tarefas fáceis, já que até o presente momento percebemos muitos dos entraves sociais historicamente estabelecidos, atuando ativamente no impedimento do usufruto frente aos direitos já adquiridos.

Assim sendo, para que possamos acessar o eixo dominante dessa produção acadêmica, devemos ampliar o que já temos sobre o feminismo e a luta LGBTQIAP+, para entender de fato quais as relações que esses movimentos estabelecem atualmente com o tema “gênero e sexualidade”, bem como, seu espaço dentro contexto escolar e a sua importância na vida prática dos educandos. É com base nisso que conseguiremos extrair informações pertinentes ao produto final desse estudo.

Todo esse conjunto histórico, político e social, com o advento da internet, vem, ao longo dos anos, ganhando novas formas, mais força, visibilidade e credibilidade social,

⁷ Binário [Do lat. Binariu] Adj. 1. Que tem duas unidades, dois elementos. (FERREIRA, 1999, p. 301).

e a razão dessa crescente evolução está na resistência constante e permanente aos “limites” que o patriarcado⁸, outrora institui no âmago da nossa sociedade, corrompendo-a de tal forma que o simples ato de falar ou pensar sobre qualquer assunto, direta ou indiretamente ligado a “gênero” e/ou “sexualidade”, no ambiente doméstico, profissional e/ou escolar, já era visto como imoral, impuro e polêmico. Segundo Saffioti, (2004, p. 49), “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido”, o que de certo modo corrobora a ideia anterior, pois sonega a sexualidade feminina em detrimento da masculina.

No entanto, mesmo fortalecidos por todas as facilidades tecnológicas e com acesso quase que instantâneo e ilimitado às informações de nível mundial, ainda há que considerar a cultura patriarcal como socialmente favorecida, uma vez que muitos ainda são os posicionamentos retrógrados que trabalham no sentido de mantê-la e fortalecê-la, garantindo mais uma vez ao homem a posição de destaque e privilégios sociais. Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado brasileiro, é conhecido por ser o precursor do movimento Escola sem Partido, com seu projeto de lei, ele classifica a escola como um

⁸ É o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. (SAFFIOTI, 2004)

ambiente ameaçador ideologicamente e ao professor ele atribui exacerbada autoridade e inflexibilidade. Entretanto Tássio Acosta adverte:

Ao partir desta premissa, cria-se o inverídico entendimento de que o professor tem influência total perante a formação dos sujeitos discentes. Inverídico pelo fato de que o professor é apenas um dos pilares de formação dos alunos, tendo outros como a família, relacionamentos interpessoais, religiosidades, cotidianos socioculturais, dentre outros (ACOSTA, 2018, p. 208).

Deste modo, cabe aos educadores da contemporaneidade perceber a intencionalidade negativa desse tipo de posicionamento, de modo que as diferenças inerentes ao ser humano não sejam novamente compreendidas como critérios de exclusão. Trata-se de uma missão, moral e ética, que deve garantir a divulgação e o fortalecimento do conhecimento crítico-reflexivo, capaz de combater essas ondas de mentiras e inverdades. Criando na sala de aula uma “barricada”, que evite a devastadora entrada de conteúdos manipuladas em nossa sociedade.

Nesse sentido, é certo destacar que muitas são as informações sobre gênero e sexualidade especialmente, pois na era da *internet* e em tempos de “*Fake News*”⁹,

⁹ Fake (falsa) News (notícia), é um termo que desde 2016 vem ganhando força mundial, já que representa um movimento antigo e também muito perigoso de criação e divulgação de notícias

informações de todos os tipos circulam livremente no *ciberespaço*¹⁰, encontrando muitas vezes lugares de destaque nas mídias e redes sociais, e atingindo assim diretamente as grandes massas, vulgarmente conhecidas como “massas de manobra”. Isso, por sua vez, representa prejuízos significativos para a sociedade, pois dificulta a entrada de informações comprometidas com a verdade e cientificamente fundamentadas.

Assim sendo, já sabemos que não há limites para a discussão e que o trabalho com os alunos em sala de aula está respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/96, Art. 12, inciso I, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 2016, p. 10). Há também nessa perspectiva os Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCN’s) que através temas transversais e do próprio Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), são capazes de garantir a legalidade desse trabalho, pois a Educação já entende que os conhecimentos formais e informações se complementam e colaboram de forma positiva e produtiva

falsas, irreais, apelativas e tendenciosas, sempre com o intuito de fazer o mal por meio da manipulação das massas.

¹⁰ Nome dado a um espaço que não existe fisicamente, apenas virtualmente, destinado a expressão, conhecimento e comunicação humana, através de uma rede mundial de computadores conectados à internet.

na construção e na manutenção de um saber ainda mais amplo, significativo e plural.

A Escola do futuro chegou, vamos falar sobre?

Pensar que a escola do futuro chegou, atualmente seria uma alegria ou uma tristeza? Refletir sobre essa indagação e suas possibilidades de resposta representa a nossa missão, pois esse questionamento e os frutos que surtirão dele, nortearão esse tópico e o restante desse trabalho. No entanto, para que seja minimamente possível atender ao que o enunciado determina, devemos sobretudo realizar uma viagem no tempo, explorando a história da criança na sociedade e entendendo quem é àquele a quem a escola visa atender através do processo educativo. Também é necessário revisitar a escola enquanto instituição, para além dos filtros midiáticos e julgamentos levianos que hoje a envolvem e tanto lhe comprometem o desempenho. Por fim, esperamos extrair desse movimento crítico-reflexivo, informações relevantes para o aprofundamento do atual entendimento que temos sobre a “escola e o aluno do futuro”.

Sabe-se que nem sempre a criança foi compreendida como é atualmente. Durante toda a Idade Média, meninos e meninas, recém-nascidos eram percebidos como seres

totalmente dependentes, inexperientes e incapazes de corresponder as demandas sociais, assim sendo, à eles, não era atribuído qualquer tipo de zelo e/ou cuidado, uma vez que, caso sobrevivessem, tão logo deixariam de ser responsabilidade dos genitores e/ou cuidadores, para serem tratadas como adultos em miniatura, ou seja, deste momento em diante deveriam trabalhar nos mesmos espaços, executar as mesmas funções e atender as mesmas exigências que diziam respeito aos demais. Não havia ao menos uma diferenciação de vestuários, assim as crianças partilhavam das mesmas roupas que os adultos, ou ficavam com o que restava delas, apenas farrapos. Eles também eram responsáveis ou responsabilizados pelos seus atos, tendo que arcar com as consequências, tanto quanto os mais velhos.

Crianças sempre existiram independentemente das concepções que se tinham delas. O estudo histórico de Ariès (1981) destacou que, durante parte da Idade Média, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia. Sabemos também que a ideia contemporânea de infância, como categoria social, emerge com a Modernidade e tem como principal berço à escola e a família. (BARBOSA, 2007 p. 15)

Deste modo, assim como os LGBTQIAP+ e as mulheres, a criança ao redor do mundo também vivenciou períodos tenebrosos. Anulada socialmente ela foi vista

como presa fácil para diversos tipos de criminosos e, em razão da pobreza e da miséria que assolava grande parte da sociedade, eram comercializadas para fins trabalhistas e/ou sexuais, já que não havia qualquer tipo de legislação específica ou similar que pudesse impedir e/ou inibir crimes desse tipo.

Legalmente toda a família era propriedade do chefe da casa e abusadores, fortalecidos muitas vezes pelas estirpes biológicas e sociais que carregavam, se aproveitavam deste fato quando subornavam as famílias mais carentes em troca dos direitos sobre as crianças daquele clã. Porém, para outros, pouco menos desafortunados que os anteriores, a comercialização de crianças também era uma possibilidade, neste caso, os progenitores negociavam seus filhos no sentido de manter a boa vida através da união das famílias por meio do matrimônio, de modo que era comum ver jovens crianças casando com senhores e senhoras de idade já avançada. No entanto, fazendo uma alusão grotesca a famosa lei de Murphy¹¹, a situação sempre pode piorar, ou seja, garotos e garotas, para além dos abusos sofridos na sociedade, também tiveram que enfrentar a perversidade de pais e mães doentes que abusavam dos próprios filhos, sem

¹¹ “O criador dessa lei foi o capitão da Força Aérea americana, Edward Murphy, e também foi a primeira vítima conhecida de sua própria lei. Ele era um dos engenheiros envolvidos nos testes sobre os efeitos da desaceleração rápida em piloto de aeronaves”. (PERCÍLIA, 2019).

qualquer tipo de remorso e/ou arrependimento, constituindo assim famílias bizarras, já que muitas vezes os fatores genéticos comprometiam o sucesso das gestações.

No Brasil, esse silenciamento começou a ser enfraquecido com a chegada dos Padres Jesuítas, os primeiros a pensar e trabalhar em prol da educação, através da Companhia de Jesus. Eles ficaram responsáveis pelo ensino durante 200 anos, (1549-1759) e, dentre este longo espaço de tempo, foram capazes de construir entendimentos pouco mais evoluídos quanto a família, sexualidade e a religiosidade, porém até mesmo a Santa Igreja possuía enfermidades obscuras, de ordem moral e ética, deste modo, os crimes sexuais também aconteciam dentro dos templos religiosos, o que colocava, mais uma vez, mulheres e crianças em situações de extrema insalubridade.

Além disto, sabe-se que os líderes religiosos esperavam atender exclusivamente os próprios interesses, através da manutenção dos desejos da elite, pois essa era sua principal fonte de recursos, por isso, camuflado em seu discurso religioso e educativo, existiam também algumas manobras de elitização do ensino que desconstruía sutilmente a cultura nativa em detrimento da europeia, naturalizando assim as concepções difundidas pelo cristianismo.

Todavia, mesmo munidos do poder e da proteção garantida pela Santa Igreja, ainda assim os padres não puderam manter por mais tempo esse sistema de ensino e, em 1762, através de um decreto assinado pelo Marquês de Pombal¹², todos os jesuítas foram convidados a se retirar, dando início a outra era da educação brasileira, onde o poder público estatal assumiria as rédeas da educação, bem como definiria novos rumos para a mesma. Entretanto, foi nessa tentativa ansiosa e irrefletida de transplantar ideias portuguesas para a realidade brasileira que a educação nacional experimentou o mais amargo gosto da decepção. Com a repentina expulsão dos jesuítas, o sistema de ensino entrou em colapso, pois não havia qualquer tipo de sistema substituto. Isso gerou grandes prejuízos, agravando ainda mais a deficiência educacional nacional.

Só em 1808, com a mudança da família Real para o Brasil-Colônia, foi que a educação voltou a ter novos impulsos e com o surgimento de instituições culturais, científicas, de ensino técnico e superior é que se percebeu novo folego. Contudo, mesmo com a chegada desses “bons tempos”, a educação ainda sofria com as desigualdades sociais já enraizadas no amago da

¹² Em 13 de maio de 1699 nasceu “Sebastião José Carvalho e Melo”, conhecido como Marquês de Pombal até hoje. Estudou na universidade de Coimbra e foi um dos principais políticos portugueses durante o reinado de José I.

sociedade, por meio das ações pouco refletidas, reproduzidas indiscriminadamente que reforçavam o elitismo, assim sendo, dentre os muitos pensadores que com coragem desbravaram a mata virgem que era a educação brasileira, destaco Paulo Freire, educador nacional de reconhecimento internacional, nascido alguns anos após esse marco histórico, visto que Freire pautou boa parte da sua caminhada na luta contra os vacilos do sistema, defendendo politicamente e pessoalmente princípios básicos da educação popular, já que ele não pensava em uma educação para o povo, mas com povo, através da conscientização do sujeito sobre a relação desigual estabelecida entre oprimido e opressor.

Neste contexto, costurando um entendimento que envolve os LGBTQIAP+, as mulheres e as crianças, bem como todo o processo educativo que já construímos até aqui, cabe-nos pensar também na instituição ancestral chamada de escola. Sabe-se que sua importância no crescimento, desenvolvimento e na transformação do homem e da mulher, seja na idade própria e/ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental, pois garante elementos essenciais para um aprendizado diversificado.

Obviamente, assim como todos os sujeitos citados anteriormente, a escola também percorreu longa distância

até chegar na configuração atual. É sabido que durante muito tempo o conhecimento esteve restrito aos membros da Igreja Católica, e que o processo educativo já foi totalmente informal, existindo apenas a ideia de transmissão de entendimentos empíricos entre homens adultos, pais e filhos e/ou homens adultos e jovens garotos em espaços destinados ao ócio¹³, por meio da dialógica e dialética.

Com o passar dos anos, muitas transformações aconteceram no ambiente educacional, desde a criação do prédio, que a cada nova tendência tecnológica, arquitetônica e paisagística, dialoga mais com o contexto urbano e social, pois rompe com a ideia do ócio, uma vez que pensa e cria o ambiente propriamente dito como um espaço interativo e educativo. Quase sempre os prédios escolares são construídos em localidades privilegiadas, de fácil acesso, pois, para além do atendimento ao alunado, eles também servem como espaços de referência social para toda a comunidade estabelecida em seu entorno. Atualmente, a escola pública, especialmente, através de programas sociais, busca maximizar sua rede de atuação, pois entende a ação educativa como forma de melhorar a qualidade de vida do ser humano, e não apenas como transmissora e validadora do conhecimento. Deste modo,

¹³ A palavra “escola” vem do grego *scholé*, que significa, “lugar do ócio”, pois lá era o local onde as pessoas iam, em seu tempo livre, para refletir.

para Silva (1993, p. 245) “A escola também é o local onde se forma uma das coisas mais importantes da vida do adolescente: o grupo de amigos e amigas. É com ele que o jovem vai trocar confidências, entrando para o mundo das relações sociais. ”

Entretanto, cabe observar que diante de toda a precariedade que assombra a nossa política, cada vez mais, menos está sendo investido em escolas, deste modo, nem todas as inovações tecnológicas, arquitetônicas e paisagísticas estão chegando de fato na escola, ficando muitas vezes no papel apenas, dado os elevados custos orçamentários anunciados no projeto. Também é justo esclarecer que, para além da atuação escolar, há que destacar também a importância de outros ambientes, tanto quanto educativos, especialmente o doméstico, familiar, pois esse também representa um dos mais ricos cenários para a apropriação do conhecimento, sendo, indispensável a sua efetiva atuação frente a construção e ampliação de novos saberes.

Enfim, frente ao estudo apresentado até aqui, acreditamos ter identificado e oferecido às sociedades ao redor do mundo, muitas das condições necessárias à desconstrução de entendimentos preconceituosos e rasos que antes envolviam os LGBTQIAP+, as mulheres, as crianças, o processo educacional e a escola enquanto

prédio e ambiente de interações e transformações sociais. É através desse repensar que nos será possível afinar o olhar do educador e da educadora da atualidade, trabalhando ativamente no combate ao princípio da ação opressora e preconceituosa, fundamentadas única e exclusivamente no censo comum que se fortalece no machismo, racismo, sexíssimo, patriarcado, homofobia e outras esferas da intolerância gratuita que assola e assombram a nossa sociedade, roubando a paz e o brilho dos olhos de muita gente.

O tempo não para, tão pouco o processo educativo

Diversas são as configurações que, neste tempo, possibilitam o trabalho com a educação; dentre todas essas possibilidades, se destaca a **sequência didática**, visto que sua construção se fundamenta em três princípios essenciais, ou seja, pensar, organizar e antecipar, de forma sistemática e articulada, o que será apresentado ao educando. Nesse contexto, observa-se que esse processo, além de constitui um dos componentes de maior importância na reformulação da educação, por meio do pensamento crítico-reflexivo, também deixa explícito o nível de comprometimento do educador e da educadora da atualidade para com a humanidade, uma vez que, nesse cenário, seu entendimento já percebe o professor e a

professora para além dos limites estabelecidos pelos muros escolares.

É necessário ter sempre em perspectiva que, quando se trata de mudanças no trabalho pedagógico, os efeitos nunca são imediatos, uma vez que geralmente o tipo de aprendizado necessário aos professores, e respectivos formadores, requer não só aquisição de conhecimento conceitual, mas também uma transformação cultural significativa de procedimentos, crenças, valores e atitudes, o que não ocorre de uma hora para outra, muito pelo contrário (SOLIGO, 2001).

Objetivando aprofundar ainda mais o entendimento quando ao trabalho por meio da **sequência didática**, observa-se que sua construção se dá na determinação dos objetivos; identificação dos conhecimentos prévios do público; apresentação de novos conhecimentos, aprofundamento desses novos entendimentos e, por fim, na retomada do conteúdo, comprovando a acomodação e naturalização do novo aprendizado. Esse processo é contínuo, ou seja, acomodação e naturalização representam o fim e o início do processo, garantindo que não há saber absoluto e que todo conhecimento deve inevitavelmente ser processado e reprocessado.

O estabelecimento de novas prescrições quanto às formas de ensinar, na tentativa de substituir as velhas formas, obsoletas e ineficazes, sem possibilitar aos professores uma reflexão atenta sobre o conjunto de concepções e crenças que determina o que fazem, tende a produzir um

efeito de maquiagem das mesmas práticas de sempre (SOLIGO, 2001).

Sequência Didática

Objetivo: A percepção do preconceito em relação à construção de gênero

Número de encontros: 5 Encontros

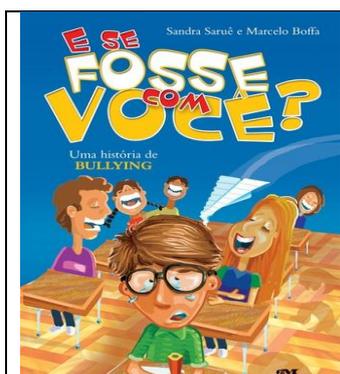
Tempo de Duração: 40 minutos

Material Utilizado:

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• 4 Livros paradidáticos;• Folhas de sulfite;• Folhas de cartolina• Pinceis | <ul style="list-style-type: none">• Tinta guache• Lápis de escrever e de cor;• Canetas. |
|--|---|

Público: Educadores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Título: Meu DNA é furta-cor

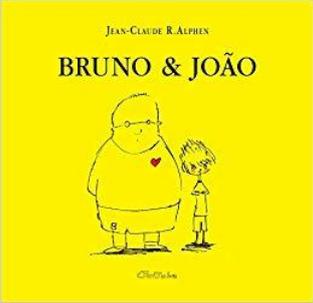


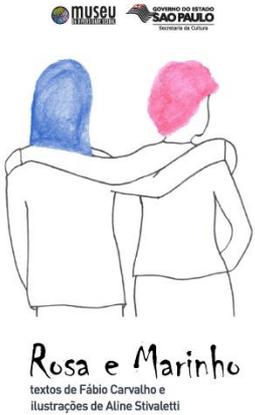
1. Roda de Conversa sobre:

I. Raiz do preconceito

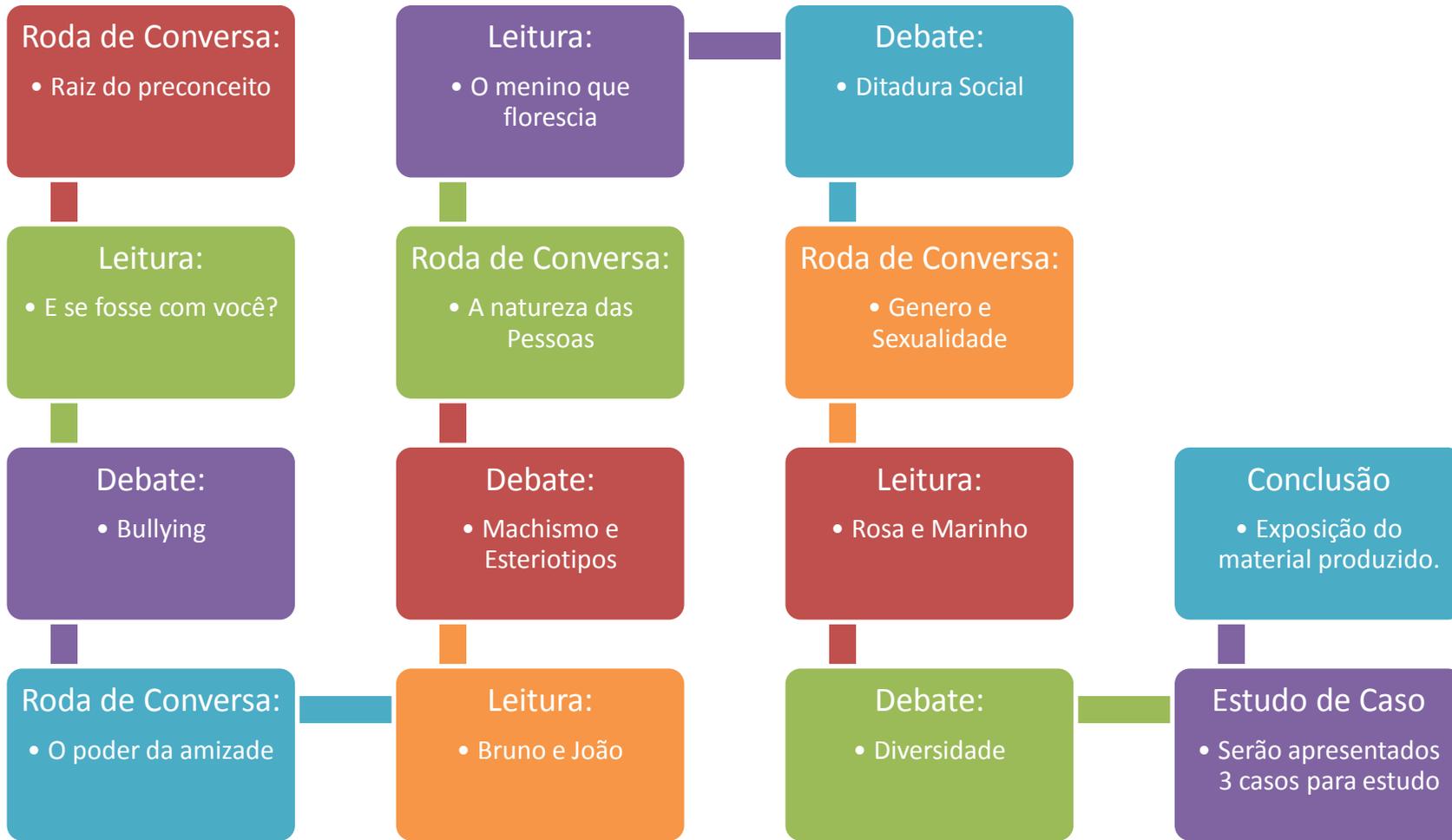
2. Leitura da Obra “E se fosse com você?”

3. Levantar todos os principais pontos

	<p>em que o <i>bullying</i> aparece e determinar, se possível, sua raiz.</p>
	<p>4. Retomar os conhecimentos obtidos e relacionar com o dia-a-dia escolar;</p> <p>5. Levantar possibilidades de intervenção docente.</p> <p>1. Roda de Conversa sobre: I. O poder da amizade</p> <p>2. Leitura da Obra “Bruno & João”</p> <p>3. Reconstruir o final da história, considerando a desconstrução do machismo e da cultura de Estereotipação.</p> <p>4. Retomar os conhecimentos obtidos e relacionar com o dia-a-dia escolar;</p> <p>5. Levantar possibilidades de intervenção docente.</p>
	<p>1. Roda de Conversa sobre: I. A natureza das pessoas</p> <p>2. Leitura da Obra “O menino que florescia”</p> <p>3. Produzir um documentário sobre as ditaduras sociais embasadas no preconceito, seja ele qual for.</p> <p>4. Retomar os conhecimentos obtidos e</p>

	<p>relacionar com o dia-a-dia escolar;</p> <p>5. Levantar possibilidades de intervenção docente.</p>
	<p>1. Roda de Conversa sobre:</p> <p>I. Gênero e sexualidade</p> <p>2. Leitura da Obra “Rosa e Marinho”</p>
	<p>3. Construir coletivamente uma pintura que retrate a diversidade.</p>
	<p>4. Retomar os conhecimentos obtidos e relacionar com o dia-a-dia escolar;</p> <p>5. Levantar possibilidades de intervenção docente.</p>
<p>ESTUDO DE CASO</p>	<p>1. Apresentação de três casos fictícios, que demonstram agressões “típicas” do ambiente escolar, fundamentadas no preconceito sobre gênero e sexualidade, para apreciação e resolução.</p> <p>2. Sistematização – retomada dos objetivos e apresentação os resultados obtidos.</p>

Fluxograma da Sequência Didática



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir os limites que hoje circundam o trabalho pedagógico, representa uma das etapas iniciais e fundamentais no processo de aperfeiçoamento do educador e da educadora, já que garante a esses profissionais, boa parte das ferramentas necessárias à expansão do entendimento que atualmente envolve toda a temática gênero e sexualidade. Vale destacar que toda essa compreensão é superficial e por isso, inevitavelmente atribui ao fazer pedagógico, significativas complicações que, principalmente no contexto da educação pública, dificultam o trabalho do professor e da professora. Deste modo, esse estudo visa fomentar ainda mais o debate sobre todo o processo de educação e reeducação do educador e da educadora da atualidade, pois compreende que todas essas amarras ideológicas possuem raiz histórico-cultural e que sem a legítima atuação do processo educativo libertador, a sociedade jamais poderá se ver livre.

Assim sendo, espera-se com essa produção acadêmica, garantir ao estudante, parte principal de todo o processo educativo, a segurança necessária para sua existência dentro e fora do ambiente escolar, ou seja, com a ampliação do entendimento por parte do educador, há

que afinar ainda mais o olhar, percebendo e combatendo qualquer tipo de posicionamento preconceituoso e intolerante. Somente isso garantirá a contemporaneidade, plenas condições de pensar e processar a ação educativa de forma ampliada, contextualiza e pluralizada, edificando assim na escola, terreno fértil à atuação docente e discente.

Obviamente, todo esse movimento não será esgotado após a apresentação de uma única pesquisa, tampouco sua dissolução partirá de uma única cabeça pensante, já que estamos tratando de um assunto altamente complexo, sendo qualquer ação impensada, sem qualquer tipo de melodrama, capaz de arruinar a vida e a existência de pessoas comuns, que acessam a escola e que delas saem com experiências únicas e intrasferíveis, sejam elas boas ou ruins. Nesse sentido, criar e desenvolver o hábito e o gosto pela produção literária e científica, em qualquer etapa da educação, possibilita o abastecimento das estantes da pedagogia e da educação como um todo, isso representa material eficiente e eficaz no melhoramento do fazer-pedagógico.

Por fim, a sequência didática sugerida nessa pesquisa, representa aos educadores, uma proposta acessível e possível, visto que sua construção tem origem no ambiente escolar e visam atender a sociedade em toda

a sua diversidade e complexidade, rompendo com a dominação do patriarcado e divulgando ainda mais as ideias libertadoras que validam a concepção de que não há neutralidade na educação, sendo, deste modo, imperativo ao educador e a educadora, repensar sua atuação frequentemente e assumir assim posicionamentos quando necessário, pois isso representa qualidade na sua formação crítico-reflexiva.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Tássio. **Rumos da Educação: Gênero e Sexualidade na escola em Tempos de Conservadorismo** Censor Policialesco. São Paulo: Editora Dialogar, 2018.
- ALPHEN, Jean-claude Ramos. **Bruno e João**. São Paulo: Frase e Efeito, 2009.
- BARBOSA, Hamilton Elias. **A construção histórica do sentimento de infância: Da Idade Média à Moderna**. Goiânia: Não Sei, 2007. Monografia de conclusão de curso apresentado a Universidade Salgada de Oliveira – UNIVERSO. Disponível em:
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/monocrianca.pdf>
. Acesso em: 11 jun. 2019.
- BOUER, Jairo. **O Corpo das Garotas**. São Paulo: Panda Books, 2004.
- BOUER, Jairo. **O Corpo dos Garotos**. São Paulo: Panda Books, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao/compilado.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70309/704509.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 de junho. 2019.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 13 ed. Brasília, DF: 2016.

BRASIL/MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: Mec/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 10 de junho. 2019.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília (DF): MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 10 de junho. 2019.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**

CARVALHO, Fábio. **Rosa e Marinho**. São Paulo: Edição do Autor, 2017.

CARVALHO, Marília Pinto de. Raewyn Connell - A construção de novas identidades de gênero. **Revista Educação – Pedagogia Contemporânea**. Setembro, 2019. p.76-90.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONVIVA educação. **Debate e reflexões sobre direito à educação**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-ad8t5aSKWw>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual no dia a dia**. Londrina: Eduel, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

JUNIOR MARTINS, Joaquim. **Como escrever Trabalhos de Conclusão de Curso**. 3ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2012. (V. 38). Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade na Educação**: Uma perspectiva pós-estruturante. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MACEDO, Márcia dos Santos. **MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO**: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. 53. ed. Salvador: Caderno Crh, 2008. 21 v. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a13v21n53.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MORAES, Silvia Piedade de. **Guia de orientação para a escrita de resenha**. Notas de aula do curso de Pedagogia [Disciplina Projeto de Diplomação I]. Guarulhos (SP): Univeritas, 2018.

MORAES, Silvia Piedade de. **Manual de Orientação para Construção do TCC**. Notas de aula do curso de Pedagogia [Disciplina Projeto de Diplomação II]. Guarulhos (SP): Univeritas, 2018.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Conhecimento escolar nos currículos das escolas públicas**: reflexões e apostas. 3. ed. São Paulo: Currículo Sem Fronteiras, 2017.

PARKER, Richard. Homossexualidade Masculina. In: RIBEIRO, Marcos (Org.) **Educação Sexual: Novas Idéias**,

Novas Conquistas. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

PERCÍLIA, Eliene. "**Lei de Murphy**"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/lei-murphy.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2019.

PEREIRA, Maria Arlete Bastos. **Professor Homem: O Estrangeiro na Educação Infantil.** Curitiba: Appris, 2016.

PERRENOUD, Philippe. **SUCESO NA ESCOLA: SÓ CURRÍCULO, NADA MAIS QUE CURRÍCULO!** São Paulo: Caderno de Pesquisa, 2003. (119). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a01.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral.** 23. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PINTO, Teresinha; TELLES, Izabel da Silva (Org.). **AIDS E ESCOLA: Reflexões e propostas do EDUCAIDS.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Municipal de Saúde e Higiene. **Cartilha dos Direitos Humanos – Homens que fazem sexo com Homens.** São José do Rio Preto.

SÃO PAULO. Coordenação de Políticas Para A Diversidade Sexual. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 2. ed. São Paulo: Imesp, 2017.

SETTINGINGTON, Ken. **Marcados pelo Triângulo Rosa**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2017.

SILVA, Ricardo de Castro e. Educação Sexual: Novas Idéias, novas conquistas: Uma Responsabilidade da Escola? In: RIBEIRO, Marcos (Org.) **Educação Sexual: Novas Idéias, Novas Conquistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

SOLIGO, Rosaura. **PARA CONSTRUIR ESCOLAS DE SUCESSO**. 2001. Disponível em: <https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2019/05/rosaura-soligo-para-construir-escolas-de-sucesso.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WOJTOWICZ, Jen. **O menino que florescia**. São Paulo: Edições SM, 2006.